

RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.478 - RS (2012/0125728-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AGRO PECUARIA CALIFORNIA COMERCIO E INDUSTRIA S/A
AGROINSA
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO PEREIRA MAGNUS - RS005851
RECORRIDO : ROBERTO FERREIRA HARTMANN E OUTROS
AGRAVANTE : ROBERTO FERREIRA HARTMANN E OUTROS
ADVOGADO : LUÍS ANTÔNIO DA LUZ - RS024754
AGRAVADO : AGRO PECUARIA CALIFORNIA COMERCIO E INDUSTRIA S/A
AGROINSA
INTERES. : JACOB ÍTALO HARTMANN

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial interposto por ROBERTO FERREIRA HARTMANN E OUTROS interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. PRETENSÃO DOS EMBARGANTES DE SALVAGUARDAR 50% DO IMÓVEL PENHORADO NA EXECUÇÃO MOVIDA CONTRA O PAI, NA QUALIDADE DE HERDEIROS DA MAE FALECIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A DÍVIDA NÃO SE REVERTEU EM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA.

1. Trata-se de ação de embargos de terceiro, na qual os embargantes, pretendem salvaguardar 50% do imvel penhorado nos autos da execução movida contra o pai, na qualidade de herdeiros da mãe falecida, a qual foi julgada improcedente na origem.

2. Os embargantes não se desincumbiram do ônus de provar que a dívida não foi contraída em benefício da sociedade familiar, a teor do art. 333, I do CPC, sendo que a simples alegação de que não obtiveram qualquer vantagem sobre o negócio realizado pelo seu pai, desacompanhada de qualquer elemento probatório neste sentido, não tem o condão de afastar a presunção de que a dívida foi contraída em benefício da entidade familiar.

Precedentes Jurisprudenciais.

A PELA ÇA O DESPROVIDA. RECURSO ADESIVO NÃO CONHECIDO, VENCIDO O RELATOR QUE DA VA PRO VIMENTO AO RECURSO ADESIVO." (e-STJ fl. 443)"

Nas razões do recurso especial, o agravante alega que o acórdão recorrido merece reforma, pois restou comprovado que a dívida objeto da ação de execução

decorre de negócio que não se concretizou e não foi contraída no interesse familiar, de modo que os bens dos recorrentes não podem por ela responder.

Contrarrazões nas fls 490/492 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

Inicialmente, observa-se que a parte recorrente alega violação à lei, mas não indica qual ou quais dispositivos entende violados, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. A propósito:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUEIMA DE CANA DE AÇÚCAR - REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A reforma do julgado quanto à ocorrência ou não do dano, que gerou a obrigação de indenizar, demanda inegável necessidade de incursão nas provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, fazendo incidir o enunciado da Súmula 284/STF.

3. A admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano a violação do dispositivo legal pela decisão recorrida, a fim de demonstrar a vulneração existente, o que não ocorreu na hipótese da alegada violação ao art.

38, § 4º, da Lei 12.651/12.

4. Agravo regimental não provido”. (AgRg no AREsp 721.287/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 27/08/2015)

Ademais, eventual discussão sobre a efetiva concretização do negócio que deu origem à dívida em questão e sobre o proveito para a família do valor com ele auferido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

